

Sumário

TOMO I

TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

1

NOÇÕES BÁSICAS	39
1.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	39
1.2. Conceito de Direito Penal.....	40
1.3. Características do Direito Penal	40
1.4. Funções do Direito Penal.....	41
1.4.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos.....	42
1.4.2. Direito Penal como instrumento de controle social	42
1.4.3. Direito Penal como garantia.....	42
1.4.4. Função ético-social (função criadora ou configuradora dos costumes)	42
1.4.5. Função simbólica do Direito Penal	43
1.4.6. Função motivadora	43
1.4.7. Função de redução da violência estatal.....	43
1.5. Divisões do Direito Penal	44
1.5.1. Direito Penal objetivo e subjetivo	44
1.5.2. Direito Penal comum e especial.....	44
1.5.3. Direito Penal primário e Direito Penal secundário	44
1.5.4. Direito Penal substantivo e adjetivo	45
1.5.5. Direito Penal internacional e Direito internacional penal.....	45
1.5.6. Direito Penal do fato e Direito Penal do autor.....	45
1.5.7. Direito Penal de emergência, promocional e simbólico	46
1.5.7.1. O Direito Penal como sistema autopoietico e o risco do Direito Penal simbólico	48
1.5.8. Direito Penal coletivo	50
1.5.9. Direito Penal quântico	50
1.5.10. Direito Penal do equilíbrio.....	51
1.6. Bem jurídico penal.....	52

1.6.1.	Jakobs - Bem jurídico como a garantia da vigência da norma	54
1.6.2.	Roxin – Bem jurídico como pressuposto de convivência harmônica	56
1.6.3.	Hassemer – Teoria pessoal do bem jurídico	56
1.6.4.	Espiritualização dos bens jurídicos	58
1.6.5.	Síntese.....	58

2

CIÊNCIA DO DIREITO PENAL.....	61
2.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	61
2.2. Dogmática penal	62
2.3. Política Criminal	62
2.4. Criminologia.....	63
2.4.1. Conceitos básicos de criminologia.....	63
2.4.1.1. Abolicionismo penal (Política criminal verde).....	64
2.4.1.2. Movimento lei e ordem	65
2.4.1.3. Garantismo penal	65
2.4.1.4. Direito penal do inimigo.....	67
2.4.1.5. Teoria do Etiquetamento (<i>Labelling approach</i>).....	68
2.4.1.6. Teoria das janelas quebradas (<i>broken windows theory</i>).....	69
2.4.1.7. Teoria dos testículos despedaçados (<i>breaking balls theory</i>).....	69
2.4.1.8. Teoria do cenário da bomba relógio.....	69
2.4.1.9. Teoria da anomia	70
2.4.1.10. Principais síndromes do Direito Penal	71
2.4.1.10.1. Síndrome da Mulher Potifar.....	71
2.4.1.10.2. Síndrome de Estocolmo	71
2.4.1.10.3. Síndrome de Londres	72
2.4.1.10.4. Síndrome de Oslo	72
2.4.1.10.5. Síndrome de Alice	72
2.5. Conceitos diversos	73
2.5.1. Criminalização primária e secundária.....	73
2.5.2. Cifras do Direito Penal	73
2.5.3. Velocidades do Direito Penal.....	74
2.5.4. Direito Penal de intervenção (Administrativização do Direito Penal)	76
2.5.5. Direito Penal Subterrâneo e Sistema penal paralelo	77

3

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	79
3.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	79
3.2. Introdução.....	79
3.3. Fase da vingança nos povos primitivos.....	79
3.4. Direito Penal Romano.....	80
3.5. Direito Penal Germânico.....	80
3.6. Direito Canônico.....	80
3.7. Período Humanitário	81

4

ESCOLAS PENAIS	83
4.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	83
4.2. Introdução	83
4.3. Escola Clássica	83
4.4. Escola Positivista	85
4.5. Terceira Escola (<i>terza scuola</i>)	86
4.6. Escola Moderna Alemã	87
4.7. Escola Técnico-Jurídica	87
4.8. Escola Correcionalista	88
4.9. Defesa Social	88

5

FONTES DO DIREITO PENAL	89
5.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	89
5.2. Introdução	89
5.3. Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos	91
5.4. Jurisprudência	92
5.5. Princípios	93
5.6. Atos administrativos	94
5.7. Costumes	94

6

TEORIA DA NORMA PENAL	95
6.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	95
6.2. Interpretação da lei penal	95
6.2.1. Interpretação quanto ao sujeito (origem)	96
6.2.2. Interpretação quanto ao modo	97
6.2.3. Interpretação quanto ao resultado	98
6.2.4. Interpretação analógica e analogia	99
6.2.5. Interpretação conforme a Constituição	100
6.3. Norma penal	101
6.4. Lei penal incompleta	102
6.5. Norma penal em branco	103
6.5.1. Espécies	104
6.5.1.1. Norma penal em branco ao revés, invertida, ao avesso ou inversa	105
6.5.1.2. Norma penal em branco ao quadrado	106
6.5.1.3. Norma penal em branco por exclusão	106
6.5.1.4. Norma penal em branco de alternatividade temporária	107
6.6. Conflito aparente de normas	107
6.6.1. Princípio da especialidade	108
6.6.2. Princípio da subsidiariedade	109

6.6.3.	Princípio da consunção	114
6.6.4.	Princípio da alternatividade.....	120
6.7.	Princípios do Direito Penal	120
6.7.1.	Princípio da legalidade estrita ou da reserva legal	121
6.7.2.	Princípio da anterioridade	123
6.7.3.	Princípio da insignificância	124
6.7.3.1.	Requisitos.....	128
6.7.3.1.1.	Requisitos objetivos.....	128
6.7.3.1.2.	Requisitos subjetivos.....	128
6.7.3.2.	Aplicação.....	129
6.7.3.2.1.	Crimes cometidos com grave ameaça ou violência contra a pessoa	130
6.7.3.2.2.	Crimes contra a Administração Pública.....	130
6.7.3.2.3.	Crimes previstos na Lei de Drogas.....	131
6.7.3.2.4.	Descaminho e crimes tributários.....	131
6.7.3.2.5.	Contrabando	132
6.7.3.2.6.	Crimes ambientais.....	132
6.7.3.2.7.	Rádio pirata	132
6.7.3.2.8.	Crimes praticados com violência doméstica ou familiar contra a mulher.....	133
6.7.3.2.9.	Outras situações.....	133
6.7.3.3.	Princípio da insignificância imprópria ou bagatela imprópria	134
6.7.4.	Princípio da individualização da pena.....	134
6.7.5.	Princípio da alteridade	135
6.7.6.	Princípio da confiança	135
6.7.7.	Princípio da adequação social.....	135
6.7.8.	Princípio da intervenção mínima	136
6.7.8.1.	Princípio da fragmentariedade	136
6.7.8.2.	Princípio da subsidiariedade	136
6.7.9.	Princípio da proporcionalidade	137
6.7.10.	Princípio da humanidade	137
6.7.11.	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	137
6.7.12.	Princípio da responsabilidade pelo fato.....	137
6.7.13.	Princípio da personalidade ou da intranscendência	138
6.7.14.	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	138
6.7.15.	Princípio da isonomia	138
6.7.16.	Princípio da presunção de inocência (estado de inocência)	138

7

LEI PENAL NO TEMPO	139
7.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	139
7.2. Tempo do crime	139
7.3. Conflito de leis no tempo.....	140
7.3.1. Lei penal benéfica e <i>abolitio criminis</i>	141

7.3.1.1.	<i>Abolitio criminis</i> temporária	143
7.3.2.	Lei penal gravosa	144
7.3.3.	Leis temporárias e excepcionais	144
7.3.4.	Combinação de leis (<i>lex tertia</i>) e lei intermediária	146
7.3.5.	Crime permanente e continuado	148
7.3.6.	Juízo competente para aplicação da lei mais benéfica	152
7.3.7.	Aplicação da lei mais benéfica em período de <i>vacatio legis</i>	152
7.3.8.	Continuidade normativo-típica	152
7.3.9.	Retroatividade da jurisprudência	153

8

LEI PENAL NO ESPAÇO	157
8.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	157
8.2. Territorialidade.....	157
8.3. Conceito de território nacional.....	158
8.4. Princípios reitores	159
8.4.1. Princípio da territorialidade	159
8.4.2. Princípio da personalidade ou da nacionalidade	159
8.4.3. Princípio da defesa ou real.....	160
8.4.4. Princípio da justiça universal ou cosmopolita.....	161
8.4.5. Princípio da representação, pavilhão ou bandeira	161
8.4.6. Princípio da intraterritorialidade.....	161
8.5. Lugar do crime	162
8.6. Extraterritorialidade	163
8.6.1. Extraterritorialidade condicionada de primeiro grau ou extraterritorialidade incondicionada.....	164
8.6.2. Extraterritorialidade condicionada de segundo grau e subsequentes. Extraterritorialidade hipercondicionada	169
8.6.2.1. Condições para aplicação da lei brasileira	171
8.6.3. Síntese gráfica.....	174
8.6.4. Juízo competente	177

9

LEI PENAL COM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	179
9.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	179
9.2. Introdução	179
9.3. Imunidades diplomáticas e de chefes de governo estrangeiro.....	179
9.4. Imunidades parlamentares.....	181
9.4.1. Imunidade absoluta condicionada (<i>freedom of speech</i>).....	182
9.4.2. Imunidade parlamentar relativa.....	184
9.4.2.1. Imunidade relativa em relação à prisão ou incoercibilidade pessoal dos congressistas (<i>freedom from arrest</i>)	185
9.4.2.2. Imunidade relativa ao processo.....	189
9.4.2.3. Imunidade relativa na condição de testemunha.....	191

9.4.2.4. Parlamentares licenciados e suplentes	191
9.5. Imunidade temporária do Presidente da República.....	191

10

DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	193
10.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	193
10.2. Eficácia da sentença estrangeira	193
10.3. Contagem de prazos penais	197
10.4. Frações não computáveis na pena.....	198
10.5. Subsidiariedade das normas penais	198

TOMO II

TEORIA GERAL DO CRIME

11

NOÇÕES FUNDAMENTAIS E EVOLUÇÃO	203
11.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	203
11.2. Conceito de crime.....	204
11.2.1. Critério material ou substancial.....	204
11.2.2. Critério formal ou legal	204
11.2.3. Critério analítico.....	206
11.3. Sujeitos do crime	210
11.3.1. Sujeito ativo	210
11.3.1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes.....	210
11.3.2. Sujeito passivo.....	214
11.3.3. Objeto do crime.....	215
11.4. Evolução da teoria geral do delito	216
11.4.1. Causalismo – Modelo positivista do século XIX	216
11.4.2. Neokantismo	218
11.4.3. Finalismo	221
11.4.4. Teoria social da ação	222
11.4.5. Funcionalismo	224
11.4.5.1. Funcionalismo teleológico-racional – Claus Roxin.....	224
11.4.5.2. Funcionalismo sistêmico ou radical – Günther Jakobs.....	227
11.4.5.3. Funcionalismo do controle social – Winfried Hassemer	229
11.4.5.4. Funcionalismo redutor - Zaffaroni.....	231
11.4.6. Teoria da ação significativa	232

12

CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DOS CRIMES	235
12.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	235
12.2. Introdução	235

12.3. Classificações	236
12.3.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria	236
12.3.2. Crimes materiais, formais e de mera conduta	237
12.3.3. Crimes simples e complexos.....	238
12.3.4. Crimes qualificados e privilegiados	238
12.3.5. Crimes instantâneos, permanentes, instantâneos de efeitos permanentes, a prazo e de enquadramento típico prorrogado.....	239
12.3.6. Crimes dolosos, culposos e preterdolosos.....	240
12.3.7. Crimes consumados e tentados	240
12.3.8. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	241
12.3.9. Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....	241
12.3.10. Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista.....	242
12.3.11. Crime unissubsistente e plurissubsistente	243
12.3.12. Crime de dano e de perigo – injustos parciais.....	243
12.3.13. Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	246
12.3.14. Crimes principais e acessórios	246
12.3.15. Outras classificações	247
12.3.15.1. Crime progressivo	247
12.3.15.2. Crime habitual	248
12.3.15.3. Crime subsidiário	248
12.3.15.4. Crime exaurido	248
12.3.15.5. Crime de pequeno, médio e maior potencial ofensivo.....	248
12.3.15.6. Crime profissional.....	248
12.3.15.7. Crime funcional.....	249
12.3.15.8. Crime hediondo e equiparado	249
12.3.15.9. Crime de circulação	249
12.3.15.10. Crime militar	249
12.3.15.11. Crime natural	250
12.3.15.12. Crime de plástico.....	250
12.3.15.13. Crime vazio	250
12.3.15.14. Crime transeunte e não transeunte	250
12.3.15.15. Crime de ação única e de ação múltipla ou conteúdo variado.....	251
12.3.15.16. Crime vago	251
12.3.15.17. Crime mono-ofensivo e pluriofensivo	251
12.3.15.18. Crime multitudinário	251
12.3.15.19. Crime de rua ou de colarinho azul.....	251
12.3.15.20. Crime de colarinho branco	252
12.3.15.21. Crime independente	252
12.3.15.22. Crime conexo.....	252
12.3.15.23. Crime falho.....	252
12.3.15.24. Crime impossível, crime oco, ou quase crime.....	252
12.3.15.25. Crime putativo	252
12.3.15.26. Crime de alucinação	253
12.3.15.27. Crime de ensaio ou delito de experiência.....	253
12.3.15.28. Crime de atentado	253
12.3.15.29. Crime parcelar	253

12.3.15.30. Crime consunto e consuntivo.....	253
12.3.15.31. Crime condicionado	253
12.3.15.32. Crime de opinião	254
12.3.15.33. Crime de expressão	254
12.3.15.34. Crime de impressão	254
12.3.15.35. Crime de hermenêutica	254
12.3.15.36. Crime gratuito.....	255
12.3.15.37. Crime de ímpeto.....	255
12.3.15.38. Crime de tendência intensificada, interna peculiar ou de atitude pessoal	255
12.3.15.39. Crime de tendência interna transcendente	255
12.3.15.40. Crime de resultado cortado ou separado	256
12.3.15.41. Crimes mutilado de dois ou mais atos	256
12.3.15.42. Crime a distância ou de espaço máximo	256
12.3.15.43. Crime em trânsito	257
12.3.15.44. Crime plurilocal.....	257
12.3.15.45. Crime de acumulação	257
12.3.15.46. Crime obstáculo.....	257
12.3.15.47. Crime de catálogo.....	257
12.3.15.48. Crime remetido.....	257
12.3.15.49. Crime anão ou liliputiano	258
12.3.15.50. Crime de plágio.....	258
12.3.15.51. Crime de olvido	258
12.3.15.52. Crime intervalado ou intermitente.....	258
12.3.15.53. Crime de flanco.....	258
12.3.15.54. Crime cibernético.....	258
12.3.15.55. Crime político	259
12.3.15.56. Crime de responsabilidade	259
12.3.15.57. Crime aberrante.....	259
12.3.15.58. Crime de temporalidade específica	259

13

FATO TÍPICO	261
13.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	261
13.2. Introdução	262
13.3. Conduta	263
13.3.1. Teorias da conduta	263
13.3.1.1. Teoria causalista, naturalística, clássica ou mecanicista.....	263
13.3.1.1.1. Teoria sintomática – Enrico Ferri.....	266
13.3.1.2. Teoria neokantista	266
13.3.1.2.1. Teoria normativa da ação – Gustav Radbruch	268
13.3.1.3. Teoria finalista	268
13.3.1.3.1. Teoria cibernética	270
13.3.1.4. Teoria social da ação	271

13.3.1.5.	Teorias funcionalistas.....	271
13.3.1.5.1.	Conceito pessoal de conduta - Roxin.....	272
13.3.1.5.2.	Conceito de evitabilidade individual de conduta – Jakobs	273
13.3.1.5.3.	Conceito negativo da ação	274
13.3.1.5.4.	Conceito redutor de ação	275
13.3.1.5.5.	Teoria da ação significativa	275
13.3.2.	Modelos de conduta.....	277
13.3.3.	Funções do conceito autônomo de conduta	277
13.3.4.	Característica da conduta.....	278
13.3.5.	Excludentes da conduta.....	279
13.4.	Resultado.....	283
13.5.	Nexo de causalidade	285
13.5.1.	Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>)	286
13.5.2.	Teoria da causalidade adequada.....	288
13.5.2.1.	Antecedentes	288
13.5.2.2.	Teoria da adequação.....	289
13.5.2.3.	Teoria da relevância jurídica.....	290
13.5.2.4.	Concausas	290
13.5.2.4.1.	Causas absolutamente independentes	291
13.5.2.4.1.1.	Causas preexistentes absolutamente independentes	291
13.5.2.4.1.2.	Causas concomitantes absolutamente independentes	291
13.5.2.4.1.3.	Causas supervenientes absolutamente independentes	292
13.5.2.4.2.	Causas relativamente independentes	292
13.5.2.4.2.1.	Causas preexistentes relativamente independentes	293
13.5.2.4.2.2.	Causas concomitantes relativamente independentes	293
13.5.2.4.2.3.	Causas supervenientes relativamente independentes	294
13.5.3.	Teoria da imputação objetiva	296
13.5.3.1.	Aplicação da teoria da imputação objetiva aos crimes não materiais.....	298
13.5.3.2.	A imputação objetiva de Claus Roxin.....	299
13.5.3.2.1.	Criação ou incremento de um risco juridicamente proibido.....	299
13.5.3.2.1.1.	Risco permitido	300
13.5.3.2.1.2.	Diminuição ou não criação do risco.....	300
13.5.3.2.1.3.	Princípio da confiança.....	302
13.5.3.2.2.	A realização do risco não permitido	304
13.5.3.2.3.	Alcance do tipo	304

13.5.3.2.3.1. Autocolocação dolosa em perigo.....	305
13.5.3.2.3.2. Heterocolocação consentida em pe- rigo.....	305
13.5.3.2.3.3. Atribuição do resultado no âmbito de responsabilidade alheio.....	306
13.5.3.2.4. A prognose póstuma objetiva como critério de análise da imputação.....	307
13.5.3.3. A imputação objetiva de Günther Jakobs.....	308
13.5.3.3.1. Risco permitido	309
13.5.3.3.2. Princípio da confiança	309
13.5.3.3.3. Proibição de regresso	310
13.5.3.3.4. Competência ou capacidade da vítima.....	310
13.5.3.4. A imputação objetiva para Wolfgang Frisch.....	311
13.5.3.5. A imputação objetiva para Ingeborg Puppe.....	313
13.5.3.6. O problema da causalidade múltipla – outros conceitos afetos ao tema da causalidade.....	313
13.5.3.6.1. “Caso do soro”	315
13.5.3.7. A adoção da teoria da imputação objetiva pelo ordenamento jurídico brasileiro	317
13.5.4. A teoria INUS	319
13.5.5. A causalidade nos crimes omissivos.....	322
13.6. Tipicidade penal	324
13.6.1. Conceito.....	324
13.6.2. Tipicidade conglobante	325
13.6.2.1. Relações entre tipicidade, antinormatividade e antijuridicida- de.....	327
13.6.3. Formas de adequação típica.....	329
13.6.4. Fases da tipicidade.....	330
13.7. Tipo penal	332
13.8. Funções do tipo penal	332
13.9. Estrutura do tipo legal.....	333
13.10. Classificação doutrinária dos tipos legais	334
13.10.1. Tipo normal e anormal.....	334
13.10.2. Tipo fundamental e derivado	334
13.10.3. Tipo congruente e incongruente.....	335
13.10.4. Tipo fechado e tipo aberto	336
13.10.5. Tipo simples e tipo misto	336
13.10.6. Tipo de autor e tipo de fato.....	337
13.10.7. Tipo preventivo.....	337

14

CRIME DOLOSO	339
14.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	339
14.2. Conduta dolosa	339

14.2.1.	O dolo na evolução da teoria do crime.....	340
14.2.1.1.	Sistema causalista	340
14.2.1.2.	Sistema neokantista.....	342
14.2.1.3.	Sistema finalista	342
14.2.1.4.	Sistemas funcionalistas.....	343
14.2.1.5.	Sistema da ação significativa.....	344
14.3.	Teorias do dolo	344
14.3.1.	Teorias volitivas.....	345
14.3.1.1.	Teoria da vontade	346
14.3.1.2.	Teoria do assentimento, consentimento ou anuência	346
14.3.1.3.	Teoria da decisão contrária a bens jurídicos.....	346
14.3.1.4.	Teoria dos indicadores externos.....	346
14.3.1.5.	Teoria da indiferença ou sentimento.....	347
14.3.1.6.	Teoria da vontade de evitação	347
14.3.1.7.	Teoria de tomar a sério o perigo	347
14.3.2.	Teorias cognitivas	348
14.3.2.1.	Teoria da representação ou da possibilidade	348
14.3.2.2.	Teoria da probabilidade.....	349
14.3.2.3.	Dolo sem vontade.....	349
14.3.2.4.	Dolo significativo.....	351
14.3.3.	Teorias do perigo.....	351
14.3.3.1.	Teoria subjetiva – teoria do risco de Frisch.....	352
14.3.3.2.	Teoria objetiva.....	353
14.3.3.3.	Teoria do perigo doloso – Ingeborg Puppe.....	353
14.3.4.	Outros conceitos de dolo.....	355
14.3.4.1.	Dolo como conceito tipo.....	355
14.3.4.2.	Dolo partido	355
14.3.4.3.	Dolo quântico – Dolo em superposição	356
14.3.5.	Teorias adotadas no Brasil	357
14.4.	Elementos do dolo	357
14.5.	Espécies de dolo	359
14.5.1.	Dolo normativo e dolo natural.....	359
14.5.2.	Dolo direto e dolo indireto	360
14.5.2.1.	Dolo direto de primeiro grau, imediato, de propósito ou de intenção	360
14.5.2.2.	Dolo direto de segundo grau, mediato, indireto, indeterminado ou de consequências necessárias.....	360
14.5.3.	Dolo eventual e dolo alternativo	362
14.5.3.1.	Dolo eventual e culpa consciente.....	366
14.5.3.1.1.	Teoria da Cegueira Deliberada.....	367
14.5.3.2.	Dolo alternativo	369
14.5.4.	Dolo de propósito e dolo de ímpeto.....	370
14.5.5.	Dolo genérico e dolo específico	370

14.5.6. Dolo presumido	371
14.5.7. Dolo de dano e dolo de perigo	371
14.5.8. Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i>	371
14.5.9. Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente	373
14.5.10. Dolo global ou unitário	374
14.5.11. Dolo cumulativo	374

15

CRIME CULPOSO	375
15.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	375
15.2. Elemento normativo da conduta	375
15.3. Elementos e conceito	377
15.4. Modalidades de culpa	380
15.5. Espécies de culpa	381
15.5.1. Culpa consciente e culpa inconsciente	381
15.5.2. Culpa própria e culpa imprópria	385
15.5.3. Culpa mediata ou indireta	386
15.5.4. Culpa presumida	386
15.6. Graus de culpa	386
15.7. Compensação e concorrência de culpas	386
15.8. Exclusão da culpa	387
15.9. Crime preterdoloso	388
15.9.1. Delitos qualificados pelo resultado	388

16

CRIMES OMISSIVOS	391
16.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	391
16.2. Introdução	392
16.3. Crimes omissivos próprios	393
16.4. Crimes comissivos por omissão	394
16.4.1. Situações especiais nos crimes omissivos	398
16.4.2. (In)constitucionalidade dos crimes comissivos por omissão	400
16.5. Crimes omissivos por comissão	401
16.6. Crimes de conduta mista	401

17

ERRO DE TIPO	403
17.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	403
17.2. Introdução	403
17.3. Espécies de erro de tipo	404
17.3.1. Erro de tipo essencial	404
17.3.1.1. Erro evitável e inevitável	405
17.3.1.2. Evitabilidade do erro	407

17.3.1.2.1.	Teoria da dupla posição ou duplo escalão	407
17.3.1.2.2.	Teoria da individualização da capacidade	408
17.3.1.2.3.	Teoria mista	408
17.3.2.	Erro de tipo acidental	409
17.3.2.1.	Erro sobre o objeto	409
17.3.2.2.	Erro sobre a pessoa	410
17.3.2.3.	Erro na execução	411
17.3.2.3.1.	Erro na execução com unidade simples	412
17.3.2.3.2.	Erro na execução com unidade complexa	412
17.3.2.4.	Resultado diverso do pretendido	415
17.3.2.5.	Erro sobre o nexa causal	417
17.3.3.	Erro de tipo e delito putativo por erro de tipo	418
17.3.4.	Erro de tipo permissivo	419
17.3.5.	Erro determinado por terceiro	420
17.3.6.	Erro de subsunção	421
17.3.7.	Erro de tipo psicicamente condicionado	422
17.3.8.	Erro de tipo mandamental	422
18		
ITER CRIMINIS		425
18.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos	425
18.2.	Conceito	426
18.3.	Fases do <i>iter criminis</i>	426
18.3.1.	Cogitação	426
18.3.2.	Preparação	427
18.3.3.	Execução	427
18.3.3.1.	Transição dos atos preparatórios para os atos executórios	428
18.3.3.1.1.	Início da tentativa na autoria mediata	430
18.3.4.	Consumação	432
18.3.5.	Exaurimento	432
18.4.	Tentativa	433
18.4.1.	Teorias sobre a punição do crime tentado	434
18.4.2.	Espécies de tentativa	435
18.4.3.	Infrações penais que não admitem a tentativa	436
18.4.4.	Tentativa no dolo eventual	438
18.4.5.	Tentativa nos crimes de ímpeto	438
18.4.6.	Desistência voluntária	439
18.4.6.1.	Natureza jurídica	440
18.4.7.	Arrependimento eficaz	442
18.4.8.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz na Lei de Terrorismo	443
18.4.9.	Arrependimento posterior	444
18.4.9.1.	Natureza jurídica	445
18.4.9.2.	Requisitos	445

18.4.9.3.	Casos especiais.....	447
18.4.9.4.	Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de agentes.....	448
18.4.10.	Quadro comparativo.....	449

19

CRIME IMPOSSÍVEL 451

19.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos	451
19.2.	Introdução	451
19.3.	Natureza jurídica.....	452
19.4.	Teorias sobre o crime impossível.....	452
19.5.	Ineficácia absoluta do meio.....	453
19.6.	Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto.....	457
19.7.	Crime impossível e delito putativo.....	458

20

ILICITUDE 461

20.1.	Como o assunto é abordado em provas e concursos	461
20.2.	Introdução	461
20.3.	Evolução da ilicitude.....	462
20.3.1.	Injusto e antijuridicidade	463
20.3.1.1.	Ilicidade formal	463
20.3.1.2.	Ilicidade material.....	463
20.3.1.3.	Concepção unitária de ilicitude	464
20.3.2.	Ilicidade como essência ou elemento de composição do delito	464
20.3.3.	Ilicidade nos movimentos penais	465
20.3.3.1.	Causalismo	465
20.3.3.2.	Neokantismo	465
20.3.3.3.	Finalismo	466
20.3.3.4.	Funcionalismo.....	466
20.3.3.5.	Sistema significativo da ação	467
20.4.	Causas excludentes de ilicitude.....	467
20.4.1.	Fundamento legal.....	468
20.4.2.	Elemento subjetivo nas excludentes	468
20.4.3.	Estado de necessidade.....	471
20.4.3.1.	Natureza jurídica	473
20.4.3.2.	Requisitos.....	475
20.4.3.3.	Espécies de estado de necessidade.....	480
20.4.3.3.1.	Estado de necessidade justificante e exculpante.....	480
20.4.3.3.2.	Estado de necessidade próprio e de terceiro	481
20.4.3.3.3.	Estado de necessidade agressivo e defensivo	481
20.4.3.3.4.	Estado de necessidade real e putativo	481
20.4.3.3.5.	Estado de necessidade recíproco (estado de necessidade x estado de necessidade)	481

20.4.3.4.	Situações peculiares no estado de necessidade.....	482
20.4.4.	Legítima defesa	485
20.4.4.1.	Natureza jurídica	485
20.4.4.2.	Requisitos.....	485
20.4.4.3.	Espécies de legítima defesa	492
20.4.4.3.1.	Legítima defesa agressiva e defensiva.....	492
20.4.4.3.2.	Legítima defesa própria e de terceiro	492
20.4.4.3.3.	Legítima defesa real e putativa	492
20.4.4.3.4.	Legítima defesa subjetiva ou excessiva.....	492
20.4.4.3.5.	Legítima defesa sucessiva	493
20.4.4.4.	Situações peculiares na legítima defesa.....	493
20.4.5.	Estrito cumprimento do dever legal.....	494
20.4.5.1.	Natureza jurídica	494
20.4.5.2.	Requisitos.....	497
20.4.6.	Exercício regular de um direito.....	498
20.4.6.1.	Natureza jurídica	498
20.4.6.2.	Requisitos.....	499
20.4.6.3.	Situações peculiares no exercício regular de um direito	500
20.4.7.	Causas supralegais.....	503
20.4.7.1.	Consentimento do ofendido.....	503
20.4.7.1.1.	Natureza jurídica	504
20.4.7.1.2.	Requisitos.....	505
20.4.8.	Excesso	506
20.4.8.1.	Espécies	506

21

CULPABILIDADE	509
21.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	509
21.2. Introdução.....	509
21.3. Evolução do conceito de culpabilidade	510
21.3.1. Teoria psicológica da culpabilidade.....	511
21.3.2. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	512
21.3.2.1. Teorias limitada e extremada do dolo.....	515
21.3.3. Teoria normativa pura da culpabilidade.....	516
21.3.3.1. Teorias limitada e extremada da culpabilidade	518
21.3.3.2. Quadro comparativo.....	519
21.3.4. Conceito funcional de culpabilidade para o funcionalismo racional-teleológico (Roxin)	520
21.3.5. Conceito funcional de culpabilidade para o funcionalismo sistêmico-radical (Jakobs).....	522
21.3.5.1. Tipo total de culpabilidade	523
21.3.6. Conceito de culpabilidade na teoria da ação significativa.....	526

21.4. Culpabilidade	529
21.4.1. Culpabilidade por vulnerabilidade.....	531
21.4.1.1. Culpabilidade às avessas.....	532
21.5. Culpabilidade formal e material	533
21.6. Elementos da culpabilidade.....	535
21.6.1. Imputabilidade	535
21.6.1.1. Critérios ou sistemas para aferição da inimputabilidade.....	536
21.6.1.2. Causas de inimputabilidade.....	537
21.6.1.2.1. Fator etário (menoridade).....	537
21.6.1.2.2. Fator mental (doença mental ou desenvolvimento mental retardado ou incompleto).....	538
21.6.1.2.3. Fator embriaguez	541
21.6.1.2.3.1. O problema da <i>actio libera in causa</i>	543
21.6.1.2.3.2. Omissio libera in causa	546
21.6.1.2.3.3. O problema do “Quarto de Locke”	547
21.6.2. Potencial consciência da ilicitude	548
21.6.3. Exigibilidade de conduta diversa	549
21.6.3.1. Coação moral irresistível.....	550
21.6.3.1.1. Requisitos.....	551
21.6.3.2. Obediência hierárquica	551
21.6.3.2.1. Requisitos.....	552
21.6.3.3. Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	553

22

ERRO DE PROIBIÇÃO	555
22.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	555
22.2. Introdução	555
22.3. Espécies de erro de proibição.....	557
22.3.1. Erro escusável e inescusável.....	557
22.3.2. Erro de proibição direto	558
22.3.3. Erro de proibição indireto.....	560
22.3.4. Erro de proibição mandamental	561
22.3.5. Erro sobre os elementos normativos do tipo	562
22.3.6. Crime putativo por erro de proibição	563
22.3.7. Duplo erro de proibição	564
22.3.8. Erro de compreensão e erro culturalmente condicionado	565
22.3.9. Outras espécies de erro.....	566
22.3.9.1. Erro de subsunção	566
22.3.9.2. Erro de validade (eficácia ou vigência).....	566
22.3.9.3. Erro de punibilidade	566
22.3.9.4. Erro de proibição invertido.....	566
22.3.9.5. Duplo erro híbrido	567

23

CONCURSO DE PESSOAS	569
23.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	569
23.2. Introdução.....	570
23.3. Requisitos	570
23.4. Autoria.....	573
23.4.1. Teoria do domínio do fato	574
23.4.2. Teoria do domínio da organização por meio de aparatos organizados de poder.....	576
23.4.3. Críticas e análise propositiva	578
23.4.4. Por que diferenciar autor, partícipe e coautor?.....	582
23.4.5. Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro.....	584
23.4.6. Autoria mediata	584
23.4.6.1. Autoria mediata nos crimes culposos.....	587
23.4.6.2. Autoria mediata nos crimes próprios e de mão própria	588
23.4.6.3. Autoria por determinação.....	588
23.4.6.4. Autoria de escritório	589
23.4.7. Autoria colateral	590
23.4.8. Autoria coletiva.....	590
23.5. Coautoria.....	591
23.5.1. Cumplicidade através das ações neutras.....	594
23.6. Participação.....	595
23.6.1. Teorias sobre a punição do partícipe.....	597
23.6.1.1. Duplo dolo na participação	599
23.6.2. Participação de menor importância.....	599
23.6.3. Participação nos crimes omissivos	600
23.6.4. Participação sucessiva e participação em cadeia.....	600
23.6.5. Cooperação dolosamente distinta	601
23.7. Concurso de pessoas e crimes culposos.....	601
23.8. Circunstâncias incomunicáveis	604

TOMO III

TEORIA GERAL DA PENA

24

FUNDAMENTOS DA PENA	609
24.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	609
24.2. Introdução.....	609
24.3. Funções e teorias da pena	610
24.3.1. Teoria absoluta (finalidade retributiva)	611
24.3.2. Teoria relativa (finalidade preventiva)	611
24.3.2.1. Prevenção geral.....	612

24.3.2.2. Prevenção especial.....	613
24.3.3. Teoria mista ou unificadora (retributiva e preventiva)	613
24.3.4. Teoria agnóstica da pena.....	614
24.3.5. Teorias expressivas da pena	614
24.4. Princípios.....	616
24.5. Penas permitidas e proibidas no Brasil.....	618
24.5.1. Penas proibidas no Brasil	618
24.5.2. Penas permitidas.....	620
24.5.2.1. Pena privativa de liberdade	620
24.5.2.2. Penas restritivas de direitos.....	620
24.5.2.3. Pena de multa.....	621
24.6. Cominação das penas.....	621
24.7. Limite das penas.....	622

25

APLICAÇÃO DA PENA	625
25.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	625
25.2. Introdução.....	626
25.3. Fixação da pena privativa de liberdade	626
25.3.1. Fixação da pena-base (primeira fase)	627
25.3.1.1. Circunstâncias judiciais.....	629
25.3.2. Fixação da pena intermediária (segunda fase)	636
25.3.2.1. Agravantes genéricas.....	641
25.3.2.1.1. Reincidência (art. 61, I, do CP).....	643
25.3.2.1.1.1. Introdução e crítica	643
25.3.2.1.1.2. Aspectos técnicos	646
25.3.2.1.1.3. Efeitos da reincidência.....	652
25.3.2.1.2. Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”, do CP).....	654
25.3.2.1.3. Crime praticado para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”, do CP).....	654
25.3.2.1.4. Crime praticado com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”, do CP)	655
25.3.2.1.5. Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”, do CP).....	655
25.3.2.1.6. Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e” do CP)	656
25.3.2.1.7. Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou	

	de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (art. 61, II, “f”, do CP)	656
25.3.2.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão	657
25.3.2.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h” do CP)	658
25.3.2.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”, do CP)	659
25.3.2.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”, do CP)	659
25.3.2.1.12.	Crimes praticados em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “l”, do CP)	659
25.3.2.2.	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62 do CP)	659
25.3.2.3.	Atenuantes genéricas	660
25.3.2.3.1.	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (art. 65, I, do CP)	661
25.3.2.3.2.	Desconhecimento da lei (art. 65, II, do CP)	662
25.3.2.3.3.	Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral (art. 65, III, “a”, do CP)	662
25.3.2.3.4.	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, “b” do CP) ...	663
25.3.2.3.5.	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”, do CP)	664
25.3.2.3.6.	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”, do CP)	665
25.3.2.3.7.	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	667
25.3.2.4.	Atenuantes inominadas	667
25.3.3.	Fixação da pena definitiva (terceira fase)	668
25.3.4.	Cumprimento da pena privativa de liberdade	671
25.3.4.1.	Detração penal	676

26

APLICAÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS 679

26.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	679
26.2. Conceito e características.....	680
26.3. Espécies	681
26.4. Duração da pena restritiva de direitos.....	684
26.5. Requisitos	684
26.5.1. Substituição nos crimes dolosos	685
26.5.2. Substituição nos crimes culposos e preterdolosos	687
26.6. Regras da substituição.....	687
26.7. Reconversão das penas restritivas de direito	688

27

APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA..... 691

27.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	691
27.2. Conceito e características.....	691
27.3. Fixação da pena de multa	692
27.3.1. Pena de multa no concurso de crimes	693
27.4. Pagamento da pena de multa.....	694
27.5. Multa substitutiva ou vicariante	697
27.6. Diferenças entre pena de multa e prestação pecuniária	698

28

CONCURSO DE CRIMES 699

28.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	699
28.2. Introdução e sistemas de aplicação	699
28.3. Concurso material	700
28.4. Concurso formal	701
28.5. Crime continuado.....	708
28.5.1. Requisitos do crime continuado	708
28.5.2. Aplicação da pena no crime continuado	715
28.6. Reflexos outros do concurso de crimes.....	716

29

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA..... 719

29.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	719
29.2. Conceito e natureza jurídica	719
29.3. Sistemas	720
29.4. Requisitos	721
29.4.1. Requisitos objetivos.....	721
29.4.2. Requisitos subjetivos.....	722
29.5. Condições.....	722

29.6. Revogação do <i>sursis</i>	724
29.7. Prorrogação do período de prova	726
29.8. Extinção da pena	728

30

LIVRAMENTO CONDICIONAL	729
30.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	729
30.2. Conceito e natureza jurídica	729
30.3. Requisitos	730
30.3.1. Requisitos objetivos.....	731
30.3.2. Requisitos subjetivos.....	733
30.4. Condições.....	734
30.5. Revogação do livramento condicional	735
30.6. Suspensão do livramento condicional e prorrogação do período de prova.....	737
30.7. Extinção	739

31

MEDIDA DE SEGURANÇA	741
31.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	741
31.2. Conceito e natureza jurídica	741
31.3. Requisitos	742
31.4. Aplicação da medida de segurança	744
31.4.1. Duração da medida de segurança.....	746

32

EFEITOS DA CONDENAÇÃO	749
32.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	749
32.2. Conceito.....	749
32.3. Efeitos penais secundários de natureza penal	750
32.4. Efeitos penais secundários genéricos de natureza extrapenal.....	751
32.5. Efeitos penais secundários específicos de natureza extrapenal	756
32.6. Efeitos da condenação especiais	761
32.6.1. Suspensão dos direitos políticos.....	761
32.6.2. Demissão por justa causa	761
32.6.3. Lei de Tortura.....	762
32.6.4. Lei de Falências	762
32.6.5. Lei de Drogas.....	762
32.6.6. Lei dos Crimes de Preconceito Racial.....	762
32.6.7. Lei de Organizações Criminosas	763
32.6.8. Lei de Lavagem de Capitais.....	763
32.6.9. Lei de Abuso de Autoridade	764
32.6.10. Lei de Organização dos serviços de telecomunicação.....	764
32.6.11. Código Civil	765
32.7. Síntese	766

33

REABILITAÇÃO CRIMINAL	769
33.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	769
33.2. Conceito e natureza jurídica	769
33.3. Sigilo das condenações.....	770
33.4. Efeitos extrapenais da condenação.....	770
33.5. Requisitos	772

34

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	775
34.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	775
34.2. Conceito.....	775
34.3. Pretensão punitiva e executória	776
34.4. Causas extintivas do art. 107 do Código Penal	776
34.4.1. Morte do agente	776
34.4.2. Anistia, graça e indulto.....	778
34.4.2.1. Anistia	778
34.4.2.2. Graça	779
34.4.2.3. Indulto	780
34.4.3. <i>Abolitio criminis</i>	783
34.4.4. Prescrição, decadência e perempção	784
34.4.5. Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação penal privada.....	785
34.4.6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite	788
34.4.7. Perdão judicial	788
34.5. Outras causas extintivas	790

35

PRESCRIÇÃO	793
35.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	793
35.2. Conceito e natureza jurídica	793
35.3. Imprescritibilidade.....	794
35.4. Espécies de prescrição	796
35.4.1. Prescrição da pretensão punitiva	796
35.4.1.1. Prescrição em abstrato.....	796
35.4.1.2. Termo inicial da prescrição.....	800
35.4.1.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição punitiva	802
35.4.1.3.1. Causas impeditivas e suspensivas	802
35.4.1.3.1.1. Causas impeditivas e suspensivas previstas fora do Código Penal.....	805
35.4.1.3.2. Causas interruptivas da prescrição.....	806

35.4.1.4.	Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente	810
35.4.1.5.	Prescrição retroativa	812
35.4.1.6.	Efeitos	813
35.4.2.	Prescrição da pretensão executória da pena	813
35.4.2.1.	Termo inicial	815
35.4.2.2.	Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição executória.....	817
35.4.2.2.1.	Causas impeditivas e suspensivas	817
35.4.2.2.2.	Causas interruptivas.....	817
35.4.2.3.	Efeitos	818
35.4.3.	Prescrição antecipada	818
35.5.	Prescrição das penas restritivas de direito e pena de multa	819
35.6.	Prescrição das medidas de segurança.....	820

36

AÇÃO PENAL	823
36.1. Como o assunto é abordado em provas e concursos	823
36.2. Conceito.....	823
36.3. Condições da ação	824
36.4. Classificação da ação penal.....	825
36.4.1. Ação penal pública	826
36.4.1.1. Princípios.....	826
36.4.1.2. Ação penal pública incondicionada e condicionada	828
36.4.2. Ação penal privada.....	830
36.4.2.1. Princípios	831
36.4.2.2. Espécies	831
36.4.2.3. Papel do Ministério Público na ação penal privada.....	833
36.4.3. Ação penal em situações especiais.....	834

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	837
---	------------